

J.P.Morgan

São Paulo, 05 de maio de 2023

Banco Central do Brasil

Ref.: Demonstrações Financeiras consolidadas anuais em IFRS – Banco J.P. Morgan S.A.

Prezados Senhores:

Esta carta de apresentação foi elaborada nos termos da Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020, e tem o objetivo de introduzir as demonstrações financeiras consolidadas anuais em IFRS do Banco J.P. Morgan S.A., elaboradas para fins de cumprimento da obrigação de divulgação ou publicação estabelecida na legislação ou regulamentação específica.

As demonstrações financeiras ora encaminhadas estão abaixo relacionadas e referem-se à data-base de 31 de dezembro de 2022;

Acompanham as demonstrações financeiras os seguintes documentos:

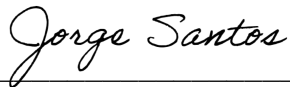
- ✓ Balanço Patrimonial Consolidado
- ✓ Demonstração Consolidada do Resultado
- ✓ Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
- ✓ Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
- ✓ Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
- ✓ Notas explicativas
- ✓ Relatório do Auditor Independente
- ✓ Relatório da Administração

As demonstrações financeiras foram originalmente divulgadas em 29 de março de 2023 no sítio eletrônico <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. O Relatório da Administração foi incluído nas demonstrações financeiras e divulgado em 09 de maio de 2023.

A diretoria do Consolidado do Banco J.P. Morgan S.A. responsabiliza-se pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

Banco J.P. Morgan S.A.



Jorge C. Santos

**Diretor responsável pela contabilidade /
Presidente do Comitê de Auditoria**



João Augusto Hira

**Profissional de contabilidade responsável pela elaboração das
Demonstrações Financeiras**

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Relatório da Administração às informações contábeis em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Apresentação

Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho

No exercício de 2022 o Banco apresentou um lucro de R\$ 1.119.027 mil, um aumento de 8,4% em relação ao exercício anterior, no qual apresentou lucro de R\$ 1.032.674 mil. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 7.669.277 mil, um aumento de 15,9% em relação ao ano anterior.

Índice de Basileia

O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17,00%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 8.434.785 mil.

Gerenciamento de Risco

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Resolução BCB nº 54, no âmbito da Resolução CMN nº 4.557, também estão disponíveis no site acima.

São Paulo, 05 de maio de 2023

A Diretoria

* * *

Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

31 de dezembro 2022



J.P.Morgan

Índice

Relatório dos auditores independentes	2
Balanço patrimonial consolidado	6
Demonstração consolidada do resultado	7
Demonstração consolidada do resultado abrangente.....	8
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas	11

Banco J.P. Morgan S.A.

***Demonstrações contábeis
consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

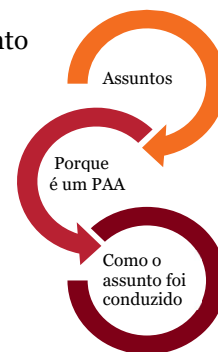
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Banco J.P. Morgan S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 6, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis.

Consideramos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- Atualização do nosso entendimento dos principais processos e testes sobre a efetividade dos principais controles relevantes relacionados aos processos de registro e confirmação dos dados das operações e reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.
- Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes que demonstram os saldos por operação, bem como, com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado.
- Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco J.P. Morgan S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



Banco J.P. Morgan S.A.

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Balço patrimonial consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo	Nota		
Disponibilidades		95.109	29.506
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5 e 6	67.048.370	71.678.586
Instrumentos de dívida		26.330.693	20.163.884
Instrumentos de patrimônio		243.428	637.439
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		33.686.825	47.132.930
Instrumentos financeiros derivativos		6.787.424	3.669.091
Carteira de câmbio		-	75.242
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	1.331.056	4.913.350
Instrumentos de dívida		1.331.056	4.913.350
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		21.186.428	15.109.427
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8a	5.019.412	4.757.270
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8b	14.594.196	8.064.824
Outros ativos financeiros	8c	1.572.820	2.287.333
Ativo tangível	9	121.024	125.104
Ativo intangível	10	1.825	1.825
Créditos tributários		1.039.824	873.058
Correntes		26.491	17.696
Diferidos	14	1.013.333	855.362
Outros ativos	12	1.860.017	1.370.318
Total do ativo		<u>92.683.653</u>	<u>94.101.174</u>
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		12.369.654	13.213.974
Instrumentos financeiros derivativos	6	6.789.066	8.703.795
Obrigações por empréstimos	11a	5.067.099	4.510.179
Carteira de câmbio	11a	513.489	-
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	11b	69.730.425	72.175.343
Depósitos de clientes		14.274.245	12.632.087
Depósitos de instituições financeiras		426.887	372.667
Obrigações por empréstimos		47.088.827	54.002.581
Outros passivos financeiros		7.940.466	5.168.008
Provisões	13a.1	606.999	598.551
Passivos fiscais		1.538.509	708.250
Correntes		555.684	249.757
Diferidos	14	982.825	458.493
Outros passivos	12	768.789	789.685
TOTAL DO PASSIVO		85.014.376	87.485.803
Patrimônio líquido	15		
Capital		4.052.500	3.712.500
Reservas		3.629.486	2.910.459
Resultado abrangente acumulado		(7.769)	(2.648)
Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Total do patrimônio líquido		7.669.277	6.615.371
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>92.683.653</u>	<u>94.101.174</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Receitas com juros e similares	16a	8.655.870	3.585.988
Despesas com juros e similares	16b	(3.144.560)	(1.227.148)
Receita líquida com juros		5.511.310	2.358.840
(Provisões)/Reversões para perda de crédito	8	30.498	(16.472)
Receita líquida da provisão para perda de crédito		5.541.808	2.342.368
Receita de tarifas e comissões	17	913.151	1.310.566
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	16c	(7.273.166)	2.943.123
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial	18	4.707.283	(3.568.189)
Total de receitas		3.889.076	3.027.868
Despesas tributárias	19	(206.164)	(175.635)
Despesas com pessoal		(1.053.467)	(969.599)
Outras despesas administrativas		(392.718)	(304.589)
Depreciação e amortização	20	(28.104)	(28.748)
Outras receitas (despesas)	9 e 10	28.241	(14.203)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		2.236.864	1.535.094
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	(1.117.837)	(502.420)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		1.119.027	1.032.674
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		197,67	182,42
Ações preferenciais		-	182,42
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		5,661	5,470
Ações preferenciais		-	191

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Lucro líquido e resultado consolidado do exercício		1.119.027	1.032.674
Outros componentes do resultado abrangente		(5.121)	(3.006)
Variação do valor justo dos ativos mensurados a VJORA		(5.121)	(3.006)
Total do resultado abrangente do exercício		1.113.906	1.029.668

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas								Total	
		Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Reservas de capital	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro de 2020		<u>2.810.981</u>	<u>63.750</u>	<u>24.939</u>	<u>265.735</u>	<u>2.417.225</u>	<u>45.155</u>	<u>-</u>	<u>358</u>	<u>(4.940)</u>	<u>5.623.203</u>
Aumento de capital	15	689.019	148.750	-	-	(625.269)	-	-	-	-	212.500
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo		-	-	-	-	-	-	-	(3.006)	-	(3.006)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.032.674	-	-	1.032.674
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	15	-	-	-	55.525	-	-	(55.525)	-	-	-
Reserva estatutária	15	-	-	-	-	727.149	-	(727.149)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 44.208,66 por ação)	15	-	-	-	-	-	-	(250.000)	-	-	(250.000)
Em 31 de dezembro de 2021		<u>3.500.000</u>	<u>212.500</u>	<u>24.939</u>	<u>321.260</u>	<u>2.519.105</u>	<u>45.155</u>	<u>-</u>	<u>(2.648)</u>	<u>(4.940)</u>	<u>6.615.371</u>
Aumento de capital	15	212.500	127.500	-	-	-	-	-	-	-	340.000
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo		-	-	-	-	-	-	-	(5.121)	-	(5.121)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.119.027	-	-	1.119.027
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	15	-	-	-	76.246	-	-	(76.246)	-	-	-
Reserva estatutária	15	-	-	-	-	642.781	-	(642.781)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 70.733,86 por ação)	15	-	-	-	-	-	-	(400.000)	-	-	(400.000)
Em 31 de dezembro de 2022		<u>3.712.500</u>	<u>340.000</u>	<u>24.939</u>	<u>397.506</u>	<u>3.161.886</u>	<u>45.155</u>	<u>-</u>	<u>(7.769)</u>	<u>(4.940)</u>	<u>7.669.277</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		1.538.604	1.163.957
Lucro líquido		1.119.027	1.032.674
Ajuste ao lucro líquido			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.098)	5
Depreciação e amortização	9 e 10	28.104	28.748
Provisão/ baixa do intangível	10	-	675
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		370.551	84.898
Constituições/reversões de provisões	13a.2	22.020	16.957
Aumento líquido nos ativos operacionais		(5.617.212)	(5.135.071)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(9.279.393)	1.465.083
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		3.577.173	(4.119.206)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		68.163	(2.486.814)
Ativos fiscais correntes		(8.795)	(6.870)
Outros ativos		(493.889)	(97.728)
Juros recebidos		519.529	110.464
Aumento líquido nos passivos operacionais		1.123.516	862.749
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(844.320)	175.058
Passivos fiscais correntes		305.927	(61.044)
Depósitos		1.696.378	727.896
Outros passivos		432.942	490.892
Imposto de renda e contribuição social pagos		(467.411)	(470.053)
Caixa líquido utilizado de atividades operacionais		(2.955.092)	(3.108.365)
Atividades de investimentos			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(24.024)	(18.905)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(24.024)	(18.905)
Atividades de financiamentos			
Passivos financeiros ao custo amortizado		(4.141.296)	252.226
Dividendos ou juros sobre capital próprio	15	(400.000)	(250.000)
Aumento de capital	15	340.000	212.500
Caixa líquido (utilizado)/ proveniente das atividades de financiamentos		(4.201.296)	214.726
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(7.180.412)	(2.912.544)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	55.227.260	58.139.809
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio		1.098	(5)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	48.047.946	55.227.260
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(7.180.412)	(2.912.544)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. (“Banco”) e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,6% de seu capital.

Integram o Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan” ou “Consolidado”), o Banco e suas subsidiárias diretas: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo Atacama Multimercado Fundo de Investimento.

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um Consolidado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis em IFRS foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 28 de março de 2023.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e outras informações

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional *International Financial Reporting Standards* (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas controladas e de seu fundo exclusivo para os exercícios findos em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

b. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e sejam utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota 4).

d. Classificação dos instrumentos financeiros para fins de apresentação

- . "Disponibilidades" - saldos de caixa.
- . "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - incluem os empréstimos e financiamentos concedidos a clientes pelo Consolidado.
- . "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, inclusive aqueles representados por títulos.
- . "Carteira de câmbio" – inclui operações de câmbio ativas e passivas.
- . "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- . "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- . "Outros Ativos Financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a receber da intermediação referente operações realizadas na Bolsa (exceto futuros).
- . " Instrumentos financeiros derivativos " - inclui o valor justo dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- . "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos a vista e prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- . "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- "Obrigações por empréstimos" - são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.
- "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações interfinanceiras.

e. Reconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros (IFRS 9)

Tal pronunciamento estabelece requerimentos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de impairment e hedge accounting. Os principais aspectos desta norma seguem destacados abaixo:

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Classificação de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e pela venda de instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) - essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Passivos financeiros – São mensurados ao custo amortizado a não ser que sejam classificados a valor justo por meio do resultado devido ao modelo de negócio cuja característica seja de negociação.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o Consolidado pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado ativos e passivos financeiros que atendam às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que tal designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

poderia existir. Destacamos que tal opção não foi utilizada pelo Consolidado.

Modelo de negócios

Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para gerar fluxos de caixa e depende das intenções de cada linha de negócios em relação a um instrumento individual. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

É necessária a aplicação do SPPI *test* para os ativos financeiros dos modelos de negócios i) e ii).

SPPI *test*

É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, onde os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Nos casos em que os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros só devem ser reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios das linhas de negócios do Consolidado.

Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

O Consolidado baixa um passivo financeiro quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencida.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compensação

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza e materialidade, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Instrumentos de patrimônio

São instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.

O Consolidado mensura todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a linha de negócio escolhe, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do Consolidado é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros classificados nas categorias VJORA e VJR são mensurados ao valor justo.

Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos e determinadas operações compromissadas, são mensurados ao custo amortizado.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros da demonstração consolidada de resultado.

Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, adotam o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Consolidado ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras.

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "VJR" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros classificados como VJORA são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

Redução ao valor recuperável ("impairment")

O Consolidado reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") é reconhecida em instrumentos de capital.

O Consolidado mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde o seu reconhecimento inicial.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Consolidado estima a perda por redução ao valor recuperável de crédito por meio de uma provisão para perdas esperadas de crédito ("ECLs"). As ECLs são reconhecidas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e para compromissos específicos relacionados a empréstimos, tais como compromissos de

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empréstimos e contratos de garantia financeira. A medição das ECLs deve refletir:

- a) Uma quantidade ponderada e imparcial de probabilidades que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis;
- b) O valor do dinheiro no tempo; e
- c) Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras.

A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

I. Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde que foi inicialmente reconhecido:

- Estágio 1 - instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Estágio 2 - instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3 - instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 3

Os instrumentos financeiros são incluídos no Estágio 3 quando houver evidência objetiva de redução do valor recuperável na data do balanço. Para os instrumentos Estágio 3, a ECL é calculada considerando a probabilidade de inadimplência sobre a vida útil remanescente de cada instrumento em uma base de ativo individual e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil líquido (isto é, líquido da provisão para perdas de crédito).

Os ativos financeiros são considerados para fins de avaliação de perda de crédito e incluídos no Estágio 3 quando um ou mais dos seguintes eventos afetam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou do tomador;
- Quando houver atraso ou não pagamento;
- O Consolidado viabiliza uma concessão ao tomador por razões econômicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira da contraparte;
- Tornou-se provável que o tomador entrará em falência ou sofra reorganização societária;
- Um mercado ativo para aquele ativo financeiro não existe mais por causa das dificuldades financeiras do tomador; ou
- Um ativo financeiro é comprado ou originado com um grande desconto que reflete uma perda de

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

crédito incorrida.

Os critérios acima são consistentes com a forma como o Consolidado define '*default*' para fins internos de gerenciamento de risco de crédito.

Considera-se que um ativo financeiro deixou de estar em *default* quando o tomador efetuou pagamentos por um período mínimo de seis meses e há outra evidência objetiva de melhoria de crédito.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 2

Os instrumentos financeiros que tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial para o qual não há evidência objetiva de *impairment* estão incluídos no Estágio 2.

Para instrumentos no estágio 2, a avaliação da redução ao valor recuperável é calculada considerando a probabilidade de não pagamento ao longo da vida restante do instrumento em uma base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

O Consolidado avalia a evidência de aumento significativo no risco de crédito considerando se houve uma mudança no risco de ocorrência de inadimplência desde que o instrumento financeiro foi inicialmente reconhecido. Para tal análise são considerados os seguintes fatores:

Critérios quantitativos

O Consolidado determina se a probabilidade de uma inadimplência (PD) ocorrer mudou entre o reconhecimento inicial de instrumentos financeiros e a data do balanço. Se a alteração no PD exceder certos limites relativos e absolutos, o instrumento passou por um aumento significativo no risco de crédito. A avaliação da PD leva em consideração informações razoáveis e suportáveis, incluindo informações sobre eventos passados, condições econômicas atuais e futuras.

Critérios qualitativos

O Consolidado monitora os tomadores que podem ser prejudicados, incluindo-os em sua lista de observação. Os que estão na lista de observação são considerados como tendo experimentado um aumento significativo no risco de crédito. O Consolidado também monitora as mudanças nos ratings internos de risco de crédito (em relação ao *rating* de crédito no reconhecimento inicial) e os gatilhos de inadimplência para determinar se um tomador sofreu um aumento significativo no risco de crédito.

Os instrumentos financeiros que estão no Estágio 2 são movidos para o Estágio 1 no período em que os critérios quantitativos e qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito não existirem mais.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 1

Os instrumentos financeiros que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial estão incluídos no Estágio 1 a menos que sejam comprados ou originados com problemas de crédito. Para os instrumentos no Estágio 1, a provisão para perdas é calculada considerando a probabilidade de *default* nos 12 meses após a data de reporte numa base coletiva e a

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

II. Metodologia de estimativa de perda esperada “*impairment*”

Os seguintes fatores são considerados para a mensuração de perda esperada:

- PD: O modelo estima a probabilidade de *downgrade* e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.
- EAD: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico. O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria e fatores macroeconômicos.
- LGD: O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo.

A ECL de 12 meses é calculada por meio da utilização da PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período.

f. Ativo tangível

O ativo tangível inclui o valor de sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada)

g. Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Consolidado o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

É composto por código fonte, sem vida útil definida.

Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment), e consequente contabilização da amortização no resultado, foi utilizado a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros.

h. Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessário) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

i. Passivos contingentes

O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

j. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. As provisões para garantias financeiras estão detalhadas na nota 8 (d).

k. Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração dos respectivos ativos administrados são reconhecidas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado, de acordo com a competência da prestação do serviço.

l. Benefícios a funcionários

Plano de pensão

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Consolidado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Consolidado registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado (Nota 21 (b)). Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Consolidado.

m. Impostos

A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada até julho de 2022 à alíquota de 20% e entre agosto e dezembro de 2022 à alíquota de 21% para as instituições financeiras bancárias. Para as demais instituições financeiras a CSLL corrente foi calculada até julho de 2022 à alíquota de 15% e entre agosto e dezembro de 2022 à alíquota de 16%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.446/22.

Nos meses de janeiro a junho de 2021, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20% para as entidades bancárias e à alíquota de 15% para as demais instituições financeiras, de julho a dezembro de 2021, a CSLL foi calculada à alíquota de 25% para as instituições financeiras bancárias à alíquota 20% para as demais instituições financeiras.

Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL,

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2022:

- (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre ajustes temporários a serem realizados;
- (ii) para as instituições financeiras bancárias, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 20% e para as demais instituições financeiras de 15%, sobre ajustes temporários.

São reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

n. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

o. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são calculados e pagos conforme as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN .

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido.

p. Estimativas e premissas críticas

Os impactos mais significativos em saldos de ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritos nas notas 3 (e (II)), 3 (i), 14 e 24 (II).

q. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucros por ação.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

r. Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

Receita e despesa com juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Receita de tarifas e comissões

O Consolidado auferir receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita proveniente de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

s. Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- . Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e sejam utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- . Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- . Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- . Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- . Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins da Demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 3 meses):

	2022	2021
Disponibilidades	95.109	29.506
Aplicações em operações compromissadas	25.448.070	53.441.244
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	21.179.999	-
Aplicações em moeda estrangeira	1.324.768	1.756.510
Total	48.047.946	55.227.260

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos de dívida, patrimônio, empréstimos e adiantamentos e carteira de câmbio

Para cálculo do valor de mercado da carteira de ativos financeiros são utilizados os seguintes critérios:

. Títulos públicos federais e títulos privados: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Títulos classificados como VJORA, que não se enquadram como para VJR nem como custo amortizado, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada “ajuste de avaliação patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.

. Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

. Operações compromissadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado considerando prazos e vencimentos similares.

	2022		
	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Ativos financeiros - VJR			
Instrumentos de dívida	26.234.225	96.468	26.330.693
Títulos de dívida do governo brasileiro	25.684.828	97.186	25.782.014
Títulos de dívida de governo estrangeiro	549.397	(718)	548.679
Instrumentos de patrimônio	239.593	3.835	243.428
Ações listadas em bolsa	179.129	3.835	182.964
Cotas de fundos de investimento	60.464	-	60.464
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	33.688.858	(2.033)	33.686.825
Aplicações em operações compromissadas	20.188.858	(2.033)	20.186.825
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	13.500.000	-	13.500.000
Total	60.162.676	98.270	60.260.946

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021		
	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Ativos financeiros - VJR			
Instrumentos de dívida	20.202.777	(38.893)	20.163.884
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	19.996.909	(37.694)	19.959.215
Debêntures	205.868	(1.199)	204.669
Instrumentos de patrimônio	637.859	(420)	637.439
Ações listadas em bolsa	584.263	(420)	583.843
Cotas de fundos de investimento	53.596	-	53.596
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	47.130.195	2.735	47.132.930
Aplicações em operações compromissadas	47.130.195	2.735	47.132.930
Carteira de câmbio	74.315	927	75.242
Carteira de câmbio	74.315	927	75.242
Total	68.045.146	(35.651)	68.009.495

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- *Swaps* e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.
- Futuros - cotações e taxas publicadas pela B3.

Para os ativos financeiros são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento prevista pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Consolidado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 11.311.653 (2021 - R\$ 9.841.990). Os derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial uma vez que o Consolidado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e porque atende os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros. O quadro abaixo demonstra esse efeito de compensação (*offsetting*):

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de <i>swap</i>	3.228.556	3.663.024	2.895.248	6.630.408
Operações a termo	-	770	66	-
Operações com opções	5.185.057	3.249.397	2.261.025	2.221.093
Operações com futuros	446.096	-	-	540.632
Outros derivativos	1.670.725	3.618.885	983.312	1.782.222
Total operações	10.530.434	10.532.076	6.139.651	11.174.355
Efeito do <i>offsetting</i> – transferido	(867.932)	(2.875.078)	(1.501.974)	(968.586)
Efeito do <i>offsetting</i> – recebido	(2.875.078)	(867.932)	(968.586)	(1.501.974)
Total do efeito do <i>offsetting</i>	(3.743.010)	(3.743.010)	(2.470.560)	(2.470.560)
Total	6.787.424	6.789.066	3.669.091	8.703.795

Abaixo, composição dos derivativos, antes do processo de *offsetting*, (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	Valor de custo corrigido	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor Justo	
			2022	2021
Ativo	6.188.314	4.342.120	10.530.434	6.139.651
Operações de <i>swap</i>	1.820.001	1.408.555	3.228.556	2.895.248
Operações a termo	-	-	-	66
Operações com opções	2.094.472	3.090.585	5.185.057	2.261.025
Operações com futuros	446.096	-	446.096	-
Outros derivativos	1.827.745	(157.020)	1.670.725	983.312
Passivo	9.296.023	1.236.053	10.532.076	11.174.355
Operações de <i>swap</i>	4.731.419	(1.068.395)	3.663.024	6.630.408
Operações a termo	-	770	770	-
Operações com opções	1.688.566	1.560.831	3.249.397	2.221.093
Operações com futuros	-	-	-	540.632
Outros derivativos	2.876.038	742.847	3.618.885	1.782.222

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2022	2021
Ativo	1.061.717	1.184.523	4.139.648	4.144.546	10.530.434	6.139.651
Operações de swap	145.696	239.950	771.981	2.070.929	3.228.556	2.895.248
Operações a termo	-	-	-	-	-	66
Operações com opções	103.947	371.887	2.945.402	1.763.821	5.185.057	2.261.025
Operações futuros	446.096	-	-	-	446.096	-
Outros derivativos	365.978	572.686	422.265	309.796	1.670.725	983.312
Passivo	528.008	2.610.912	4.633.345	2.759.811	10.532.076	11.174.355
Operações de swap	70.514	1.274.920	1.051.546	1.266.044	3.663.024	6.630.408
Operações com opções	88.606	459.902	2.157.354	543.535	3.249.397	2.221.093
Operações de futuros	-	-	-	-	-	540.632
Operações a termo	770	-	-	-	770	-
Outros derivativos	368.118	876.090	1.424.445	950.232	3.618.885	1.782.222

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2022	2021
Operações de swap	12.754.197	19.711.715	18.713.879	28.331.674	79.511.465	114.704.304
Operações com opções - comprada	8.039.602	8.656.455	30.781.154	8.461.547	55.938.758	23.805.312
Operações com opções - vendida	7.255.644	9.471.417	22.233.539	7.343.572	46.304.172	23.713.333
Operações a termo	709.625	-	-	-	709.625	163.508
Outros derivativos	22.697.933	24.462.910	15.470.086	10.855.827	73.486.756	64.526.459

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados na carteira de derivativos:

	2022		2021	
	Realizados	Não Realizados	Realizados	Não Realizados
Swap	(4.282.741)	1.685.783	(64.388)	1.842.749
Termo	735	(836)	48.643	196
Opções	(2.483.376)	1.614.275	(143.258)	135.186
Futuros	(7.683.719)	-	1.219.588	-
Outros derivativos	5.331.965	(930.752)	(130.039)	(124.115)
Total	(9.117.136)	2.368.470	930.546	1.854.016

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - as informações observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - as informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Abaixo segue composição dos valores patrimoniais, sem considerar o offsetting dos derivativos:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2022
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Títulos da dívida do governo brasileiro	25.782.014	-	-	25.782.014
Títulos de dívida de governo estrangeiro	-	548.679	-	548.679
Operações compromissadas	-	20.186.825	-	20.186.825
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	-	13.500.000	-	13.500.000
Debêntures	-	1.331.056	-	1.331.056
Cotas de fundos de investimento	-	60.464	-	60.464
Ações listadas em bolsa	182.964	-	-	182.964
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	109.834	3.118.722	-	3.228.556
Opções flexíveis	-	1.484.139	2.922.682	4.406.821
Opções listadas	778.236	-	-	778.236
Futuros	446.096	-	-	446.096
Outros derivativos	-	1.670.725	-	1.670.725
Passivos financeiros – VJR				
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	26.241	3.636.783	-	3.663.024
Opções flexíveis	-	1.673.939	798.643	2.472.582
Opções listadas	776.815	-	-	776.815
Operações a termo	-	770	-	770
Outros derivativos	-	3.618.885	-	3.618.885
Outros passivos financeiros				
Obrigações por empréstimos	-	5.067.099	-	5.067.099
Carteira de câmbio	-	513.489	-	513.489

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
				2021
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Títulos da dívida do governo brasileiro	23.963.310	-	-	23.963.310
Operações compromissadas	-	47.132.930	-	47.132.930
Debêntures	-	1.113.924	-	1.113.924
Cotas de fundos de investimento	-	53.596	-	53.596
Ações listadas em bolsa	583.843	-	-	583.843
Carteira de câmbio	-	75.242	-	75.242
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	2.886.773	8.475	2.895.248
Operações a termo	-	66	-	66
Opções flexíveis	-	2.159.688	-	2.159.688
Opções listadas	101.337	-	-	101.337
Outros derivativos	-	983.312	-	983.312
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	6.630.408	-	6.630.408
Opções flexíveis	-	2.090.192	-	2.090.192
Opções listadas	130.901	-	-	130.901
Futuros	540.632	-	-	540.632
Operações a termo	-	-	-	-
Outros derivativos	-	1.782.222	-	1.782.222
Outros passivos financeiros				
Obrigações por empréstimos	-	4.510.179	-	4.510.179
Carteira de câmbio	-	-	-	-

Movimentação das operações Nível 3:
(Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

	2022	2021
Saldo inicial	8.475	12.877
Vencimento de operações	(8.475)	-
Resultado das operações no exercício	-	(4.402)
Novas operações	2.124.039	-
Saldo final	2.124.039	8.475

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	2022		
Ativos financeiros - VJORA	<u>Valor de Custo</u>	<u>Ganhos /(perdas)</u>	<u>Valor Mercado</u>
Instrumentos de dívida	1.345.181	(14.125)	1.331.056
Debêntures	1.345.181	(14.125)	1.331.056
			2021
Ativos financeiros - VJORA	<u>Valor de Custo</u>	<u>Ganhos /(perdas)</u>	<u>Valor Mercado</u>
Instrumentos de dívida	4.918.165	(4.815)	4.913.350
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	4.004.410	(315)	4.004.095
Debêntures	913.755	(4.500)	909.255

8. Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado

a. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta pelos ativos financeiros listados abaixo:

	2022	2021
Ativo Financeiro	<u>Valor de Custo</u>	<u>Valor de Custo</u>
Empréstimos	1.550.238	1.840.755
Títulos descontados	1.475.869	1.334.681
Financiamentos	-	142.085
Empréstimos de ação	1.090.659	50.437
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	915.546	1.434.558
(-) Perda esperada	(12.900)	(45.246)
Total	5.019.412	4.757.270

A totalidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes, no montante de R\$ 5.019.412 (2021 - R\$ 4.757.270), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo.

Em 2022 o Consolidado possuía operações de crédito em atraso no valor de R\$ 427. No exercício de 2021 o Consolidado não possuía operações de crédito em atraso.

Situação de vencimento da carteira:

Empréstimos e adiantamentos a clientes	2022	2021
Vencimentos em até um ano	4.255.326	2.906.733
Vencimentos após um ano	764.086	1.850.537
Total	5.019.412	4.757.270

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

Ativo Financeiro	2022	2021
	Valor de Custo	Valor de Custo
Aplicações em moeda estrangeira	1.324.768	1.756.510
Aplicações em operações compromissadas	5.261.245	6.308.314
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	7.679.999	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	328.184	-
Total	14.594.196	8.064.824

As operações com instituições financeiras possuem vencimento em até 12 meses.

c. Outros ativos financeiros

Ativo Financeiro	2022	2021
	Valor de Custo	Valor de Custo
Negociação e intermediação de valores	1.557.449	2.287.052
Outros	15.371	281
Total	1.572.820	2.287.333

d. Classificação por estágios e provisão para perda esperada

Ativo Financeiro	2022		Total
	Estágios		
	1	2	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.958.159	74.153	5.032.312
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	14.594.196	-	14.594.196
Outros ativos financeiros	1.572.820	-	1.572.820
(-) Perda esperada	(12.341)	(559)	(12.900)
Total	21.112.834	73.594	21.186.428

Ativo Financeiro	2021			Total
	Estágios			
	1	2	3	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.500.303	236.027	66.186	4.802.516
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.064.824	-	-	8.064.824
Outros ativos financeiros	2.287.333	-	-	2.287.333
(-) Perda esperada	(40.925)	(4.321)	-	(45.246)
Total	14.811.535	231.706	66.186	15.109.427

Foram classificados no estágio 3, ativos problemáticos que apresentaram evidências objetivas de redução do valor recuperável, apresentando um ou mais dos indícios descritos na nota 3 (e (I)). Estes ativos foram renegociados e reestruturados, e estão apresentados pelo valor líquido de provisão conforme indicado pelas normas internacionais. Os valores referidos em 2021, foram recebidos durante o exercício de 2022.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2022 houve recuperação de crédito no valor de R\$ 26.091 (2021 – R\$ 4.485).

Adicionalmente o Consolidado possui provisão para perda esperada para garantias prestadas a clientes conforme abaixo:

	2022	
	Estágios	Total
Ativo Financeiro	1	2
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	127.814	468
(-) Perda esperada	(1.859)	(3)
Total	125.955	465

	2021	
	Estágios	Total
Ativo Financeiro	1	2
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	47.606	502
(-) Perda esperada	(12)	(2)
Total	47.594	500

Os contratos de empréstimos e adiantamentos a clientes classificados no estágio 2 referem-se a operações que apresentaram deterioração na classificação por risco de crédito desde sua contratação.

Não houve deterioração no risco de crédito nos contratos de fianças, avais e outras garantias durante 2022 e 2021.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Ativo tangível

	Saldo inicial - 2022			Movimentação - 2022				Saldo final - 2022		
	Custo	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	209	-	209	7.889	(7.690)	-	-	408	-	408
Imóveis de uso	103.399	(12.088)	91.311	429	(692)	(11.578)	-	91.048	(11.578)	79.470
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.421	(6.083)	14.338	16.871	(67)	(5.648)	-	31.142	(5.648)	25.494
Sistema de processamento de dados	15.466	(3.343)	12.123	6.929	(1.813)	(9.219)	2.029	17.239	(7.190)	10.049
Outros	8.447	(1.324)	7.123	1.333	(2.853)	(1.659)	1.659	5.603	-	5.603
	147.942	(22.838)	125.104	33.451	(13.115)	(28.104)	3.688	145.440	(24.416)	121.024

	Saldo inicial - 2021			Movimentação - 2021				Saldo final - 2021		
	Custo	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	1.162	-	1.162	575	(1.528)	-	-	209	-	209
Imóveis de uso	114.354	(27.149)	87.205	16.217	(23)	(12.088)	-	103.399	(12.088)	91.311
Instalações, móveis e equipamentos de uso	35.239	(15.293)	19.946	573	(98)	(6.083)	-	20.421	(6.083)	14.338
Sistema de processamento de dados	21.246	(2.198)	19.048	1.953	(5.535)	(8.878)	5.535	15.466	(3.343)	12.123
Outros	7.777	(191)	7.586	1.426	(565)	(1.699)	375	8.447	(1.324)	7.123
	179.778	(44.831)	134.947	20.744	(7.749)	(28.748)	5.910	147.942	(22.838)	125.104

(*) A depreciação é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Na aquisição dos ativos tangíveis o Consolidado não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Ativo intangível

	Saldo inicial – 2022			Movimentação – 2022			Saldo final - 2022		
	Custo	Amortização	Total	Baixas	Impairment*	Baixa de Amortização	Custo	Amortização	Total
Código fonte	1.825	-	1.825	-	-	-	1.825	-	1.825
	<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>
	Saldo inicial – 2021			Movimentação – 2021			Saldo final - 2021		
	Custo	Amortização	Total	Baixas	Impairment*	Baixa de Amortização	Custo	Amortização	Total
Código fonte	2.500	-	2.500	-	(675)	-	1.825	-	1.825
	<u>2.500</u>	<u>-</u>	<u>2.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>

O intangível está representado por código fonte sem vida útil definida.

(*) Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios econômicos futuros. Com base nessa avaliação, em 2021, foi reconhecida provisão para *impairment* no valor de R\$ 675.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Passivos financeiros

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

	2022		
	Valor de Custo	Ganhos/(perdas)	Valor Mercado
Passivos Financeiros - VJR			
Obrigações por empréstimos	5.067.957	(858)	5.067.099
Operações compromissadas	5.067.957	(858)	5.067.099
Carteira de câmbio	524.444	(10.955)	513.489
Carteira de câmbio	524.444	(10.955)	513.489
Total	5.592.401	(11.813)	5.580.588

	2021		
	Valor de Custo	Ganhos/(perdas)	Valor Mercado
Passivos Financeiros - VJR			
Obrigações por empréstimos	4.510.179	-	4.510.179
Operações compromissadas	4.510.179	-	4.510.179
Total	4.510.179	-	4.510.179

Em 2022 e 2021, os passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado possuíam vencimento em até 12 meses.

b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	2022			2021
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Passivos financeiros - Custo amortizado				
Depósitos de clientes	6.424.379	7.849.866	14.274.245	12.632.087
Depósitos a prazo	5.472.960	7.849.866	13.322.826	11.514.654
Depósitos à vista	951.414	-	951.414	1.117.377
Depósitos em moedas estrangeiras	5	-	5	56
Depósitos de instituições financeiras	-	426.887	426.887	372.667
Depósitos interfinanceiros	-	426.887	426.887	372.667
Obrigações por empréstimos	47.088.827	-	47.088.827	54.002.581
Empréstimos no exterior	46.095.199	-	46.095.199	52.433.409
Operações compromissadas	993.628	-	993.628	1.569.172
Outros passivos financeiros	7.940.466	-	7.940.466	5.168.008
Relações de interdependências	-	-	-	39.105
Negociação e intermediação de valores	7.940.466	-	7.940.466	5.128.903
Total	61.453.672	8.276.753	69.730.425	72.175.343

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, com vencimento em até um ano. As taxas de juros para as captações em dólar americano variam entre 3,66% a 4,31% a.a (2021 – 0,04% a 0,30% a.a).

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Outros ativos e passivos

	Circulante	Não Circulante	2022	2021
Outros ativos	1.084.611	775.406	1.860.017	1.370.318
Devedores por depósito em garantia	-	775.406	775.406	756.345
Reservas compulsórios no BACEN	576.476	-	576.476	242.285
Rendas a receber	54.508	-	54.508	46.058
Devedores diversos - exterior	229.480	-	229.480	308.043
Diversos	224.147	-	224.147	17.587
Outros passivos	512.837	255.952	768.789	789.685
Sociais e estatutárias	30.717	-	30.717	24.694
Provisão para pagamentos com despesa de pessoal	344.877	255.952	600.829	617.920
Provisão para outros pagamentos	46.868	-	46.868	54.099
Credores diversos - exterior	26.764	-	26.764	40.406
Diversos	63.611	-	63.611	52.566

Em consonância com os parâmetros estabelecidos pela IFRS 9, os saldos de Negociação e intermediação de valores estão classificados como Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 8(c)) e Outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 11 (b)).

13. Contingências e outros compromissos

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do Consolidado são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Consolidado não inclui estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) com repercussão geral, que resolveu, em fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) de natureza tributária perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário, supervenientemente, em sede de repercussão geral ou ação direta, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema.

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Provisões constituídas

(a.1) Composição dos saldos patrimoniais

	2022		2021	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes	738.138	504.143	720.729	484.363
Cíveis	21.761	81.295	21.651	77.331
Trabalhistas	15.507	21.561	13.965	36.857
Total	775.406	606.999	756.345	598.551

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo nas datas-base demonstradas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acima.

(a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

	<u>Fiscais e previdenciárias</u>			
	<u>Obrigações legais e outros passivos contingentes</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total 2022</u>
Saldo inicial	484.363	77.331	36.857	598.551
Despesas financeiras - juros	22.847	3.964	2.933	29.744
Constituições	164	-	3.919	4.083
Reversões	(152)	-	(11.655)	(11.807)
Pagamentos	(3.079)	-	(10.493)	(13.572)
Total	504.143	81.295	21.561	606.999

	<u>Fiscais e previdenciárias</u>			
	<u>Obrigações legais e outros passivos contingentes</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total 2021</u>
Saldo inicial	476.654	73.699	36.987	587.340
Despesas financeiras - juros	8.041	3.632	2.699	14.372
Constituições	149	-	6.548	6.697
Reversões	-	-	(4.112)	(4.112)
Pagamentos	(481)	-	(5.265)	(5.746)
Total	484.363	77.331	36.857	598.551

(a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

O Consolidado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

O Consolidado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos:

- (i) Imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 140.781 (2021 - R\$ 132.165);
- (ii) Contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 56.828 (2021 - R\$ 54.218);
- (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 26.296 (2021 - R\$ 25.011);
- (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 46.816 (2021 - R\$ 43.876);
- (v) IOF/ Câmbio de investidor não residente no qual o Banco foi autuado na qualidade de

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- responsável tributário no valor de R\$ 838.983 (2021 - R\$ 783.746). O Banco possui direito de reembolso em caso de potenciais perdas, conforme previsão contratual.
- (vi) Auto de infração referente a Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos líquidos auferidos por investidores não residentes, no valor de R\$ 468.676 (dezembro de 2021 – R\$ 423.248). A Distribuidora foi autuada na condição de representante legal dos investidores e possui direito de reembolso em caso de potenciais perdas, conforme previsto em contrato de prestação de serviços de custódia.
 - (vii) outros casos que totalizam R\$ 59.196 (2021 - R\$ 55.935).

(a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 117.390 (2021 - R\$ 117.044).

(a.6) Ações cíveis

O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Conglomerado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos (“Acordo”), que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) no início de 2018. Em maio de 2020, o STF homologou um termo aditivo ao Acordo prorrogando o prazo de adesão por até 60 meses adicionais.

Com relação ao Plano Real, o STF julgou em maio de 2019 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 77, declarando constitucional o art. 38 da Lei que instituiu referido plano.

Quanto aos demais Planos Econômicos, estes ainda dependem de uma decisão final do STF que, em razão da grande relevância do tema, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no STF.

As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 170 (2021 – R\$ 1.614).

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Diferenças temporárias	1.013.333	854.759
Contingências	201.868	198.529
Provisão para devedores duvidosos	13.685	91.258
Provisão para honorários advocatícios	11.497	10.939
Provisão para participação nos lucros	132.665	129.326
Marcação a Mercado – TVM e derivativos	554.216	306.689
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 21(b))	93.268	113.074
Outros	6.134	4.944
Prejuízos fiscais e base negativa	-	603
Créditos tributários – ativo	1.013.333	855.362
Obrigações fiscais diferidas – passivo	982.825	458.493

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 564.966 (2021 - R\$ 315.218), tendo sido realizado R\$ 406.995 (2021 - R\$ 182.054) sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa.

Em 2022 foi constituído IR diferido passivo no valor de R\$ 524.760 (2021 - R\$ 218.136), tendo sido realizado o valor de R\$ 428 (2021 - R\$ 2).

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 732.155 (2021 - R\$ 536.025).

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3 (I)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.236.864	1.535.094
Juros sobre capital próprio	(400.000)	(250.000)
Resultado Ajustado	1.836.864	1.285.094
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (1)	(819.012)	(624.531)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(184.327)	(47.732)
Efeito majoração CSLL	23.284	59.574
Outras (2)	(137.782)	110.269
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo	(298.825)	122.111
IRPJ e CSLL no exercício	(1.117.837)	(502.420)

(1) Considera alíquotas conforme descrito na nota explicativa 3(m).

(2) Inclui o efeito da decisão do STF no julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema nº 962), constituição no valor de R\$ 119.506 (2021 – reversão de R\$ 119.425). Em maio de 2022, foi publicado o acórdão definitivo, em que, apesar de decisão favorável ao contribuinte quanto a restituição/compensação, os juros relativos aos depósitos judiciais não foram abarcados.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Patrimônio líquido

O capital social do Banco está dividido em 5.661 ações ordinárias (2021 – 5.470 ordinárias e 191 preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal. São mantidas 6 ações ordinárias em tesouraria (2021 – 6 ações preferenciais).

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido estatutário do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de lucros – legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido estatutário do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2020 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 75.000 e a utilização do valor líquido de R\$ 63.750 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em fevereiro de 2021.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 625.269 mediante capitalização de parte da conta de “Reserva de Lucros – Estatutária”. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em julho de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2021 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 250.000, atribuídos a títulos de dividendos, e a utilização do valor líquido de R\$ 212.500 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações. Também foi aprovada a conversão de 191 ações preferenciais em ordinárias. O aumento de capital e a conversão das ações foram aprovados pelo BACEN em fevereiro de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 400.000 (Nota 3 (o)), os quais serão atribuídos a título de dividendos, não cabendo a distribuição de recursos adicionais, conforme determinação do acionista controlador. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 60.000. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 340.000 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em fevereiro de 2023.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações no mercado aberto	5.766.910	1.912.652
Aplicações em títulos de renda fixa	2.383.447	1.448.807
Empréstimos e adiantamentos	428.395	219.237
Aplicações no exterior	5.178	57
Outros ativos financeiros	71.940	5.235
	<u>8.655.870</u>	<u>3.585.988</u>

(b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivos financeiros	(783.202)	(305.453)
Depósitos	(1.164.811)	(399.403)
Despesas de operações compromissadas	(1.177.382)	(476.456)
Outros passivos financeiros	(19.165)	(45.836)
	<u>(3.144.560)</u>	<u>(1.227.148)</u>

(c) Ganhos/(perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Instrumentos financeiros	(7.674.025)	2.671.850
Instrumentos de dívida e patrimônio	400.859	271.273
	<u>(7.273.166)</u>	<u>2.943.123</u>

17. Receita de tarifas e comissões

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas com comissões de colocação de títulos	46.114	245.176
Receita de administração de fundos	68.870	54.667
Receita de serviços de assessoria e consultoria	100.968	173.422
Receita de serviços - exterior	311.027	413.773
Rendas de corretagem - B3	302.833	341.428
Rendas de serviços de custódia	55.180	60.726
Outras receitas	28.159	21.374
	<u>913.151</u>	<u>1.310.566</u>

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando uma despesa de R\$ 4.707.283 (2021 – R\$ 3.569.116).

19. Despesas tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	(206.164)	(175.635)
	<u>(206.164)</u>	<u>(175.635)</u>

20. Outras despesas administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(206.089)	(148.367)
Despesas com serviços de terceiros	(53.100)	(53.809)
Despesas com viagens	(24.350)	(1.999)
Despesas com sistemas e tecnologias	(38.769)	(37.979)
Despesas com aluguéis	(9.155)	(8.090)
Outros	(61.255)	(54.345)
	<u>(392.718)</u>	<u>(304.589)</u>

21. Benefícios a empregados

(a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício, o Consolidado contribuiu com R\$ 21.936 (2021 – R\$ 18.196) para o fundo de pensão.

(b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2022	204.374	26.067
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	119.136	18.137
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(81.213)	(9.878)
Transferência/saída de funcionários	(4.540)	(604)
Ações em circulação em 31/12/2022	237.757	33.722

	2021	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2021	210.957	24.290
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	106.517	14.879
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(98.034)	(10.692)
Transferência/saída de funcionários	(15.066)	(2.410)
Ações em circulação em 31/12/2021	204.374	26.067

O valor contabilizado no passivo em 2022 foi de R\$ 248.658 (2021 – R\$ 269.759) incluindo encargos sociais. Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 101.866 (2021 – R\$ 131.141), incluindo os encargos sociais.

22. Capital

(a) Regulatório

O Conglomerado apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia III de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Consolidado era de 17,00% (2021 - 16,46%), conforme demonstrado abaixo.

Cálculo do índice de Basileia

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	8.434.785	7.016.529
Risco de crédito	18.282.569	14.899.642
Risco de mercado	26.034.167	23.548.961
Risco operacional	5.292.335	4.189.547
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	49.609.071	42.638.150
Índice de Basileia (IB)	17,00%	16,46%
PR mínimo exigido para RWA	3.968.726	3.411.052
Adicional de capital principal	1.240.227	852.763
Risco da carteira <i>banking</i>	107.562	529.058
Total de capital requerido	5.316.515	4.792.873
Margem sobre o capital requerido	3.118.270	2.223.656

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Prudencial do BRGAAP.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

23. Partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2022		2021	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes a caixa	85.444	-	12.673	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	42.768	-	10.083	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico	8.063	-	2.590	-
JPMorgan Chase Bank, NA Tokyo	34.613	-	-	-
Aplicações em moeda estrangeira	1.324.768	23.349	1.756.509	(1.031)
JPMorgan Chase Bank, National Association	1.324.768	23.349	1.756.509	(1.031)
Outros ativos (passivos)	(1.414.949)	471.949	(1.148.102)	493.019
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	(324.641)	68.274	(101.438)	50.580
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	669	4.024	665	6.538
JPMorgan Chase Bank, National Association	233.169	94.291	315.481	103.394
J.P. Morgan Securities LLC	(23.643)	41.131	(20.166)	141.716
JPMorgan Asset Management (Europe)	-	-	-	-
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	6.343	68.419	2.483	57.711
Lawton Multimercado	4.689	53.020	3.338	35.058
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	(1.120.916)	102.062	(1.174.469)	98.022
J.P. Morgan Bank Luxembourg S.A.	(190.619)	-	(173.996)	-
JP Morgan International Finance	-	40.728	-	-
Depósitos	(2.582.712)	(295.687)	(2.282.621)	(98.273)
Chase Manhattan Holdings Ltda.	(5.967)	(631)	(5.365)	(199)
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio Ltda.	(27.760)	(2.993)	(25.880)	(1.067)
HCM Participações Brasil Ltda	(105.897)	(9.399)	(42.748)	(2.488)
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(22.919)	(3.116)	(45.404)	(1.927)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(176.414)	(10.890)	(50.560)	(279)
Norchem Holdings e Negócios Ltda	(89.761)	(9.773)	(82.128)	(2.828)
Norchem Participações e Consultoria Ltda	(23.142)	(2.502)	(21.390)	(795)
Gaborone Participações Ltda.	(2.902)	(250)	(2.772)	(105)
Lawton Multimercado	(1.798.611)	(221.297)	(1.809.200)	(78.927)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022		2021	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(329.339)	(34.836)	(197.174)	(9.658)
Obrigações por operações compromissadas	(5.284.850)	(660.194)	(4.855.779)	(196.470)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(216.036)	(51.899)	(345.600)	(17.058)
Lawton Multimercado	(5.068.814)	(608.295)	(4.510.179)	(179.412)
Instrumentos financeiros derivativos	59.699	946.443	1.155.112	932.936
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(230.221)	648.734	(299.571)	(78.661)
Lawton Multimercado	200.862	437.755	1.225.578	799.818
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	89.058	(140.046)	229.105	211.779
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(46.095.199)	(660.556)	(52.465.833)	(26.221)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(46.095.199)	(660.556)	(52.465.833)	(26.221)
Despesa de pessoal	(185.612)	(59.840)	(182.329)	(96.480)
JPMorgan Chase & CO.	(185.612)	(59.840)	(182.329)	(96.480)
Operação de Câmbio	-	29.531	6.861	28.325
JPMorgan Chase Bank National Association, São Paulo Branch	-	29.531	6.861	28.325

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Salários e encargos	27.875	26.441
Participação nos lucros e gratificações	72.132	86.139
Encargos sobre gratificações	16.527	28.492
Planos de aposentadoria e pensão	1.000	955
Outros benefícios	1.759	1.638

24. Gerenciamento de riscos financeiros

O Consolidado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do Consolidado.

I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

(a) Risco de mercado

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*).

O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de risco de mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado.

As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado.

A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infra-estrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer, CRO*).

O gerenciamento, monitoramento e controle de risco de mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR):

É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

- Valor de mercado;

- *Basis Point Value* (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0.01%) nas taxas de juros;

- Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;

- Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;

- Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;

- Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e commodities).

Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pela área de riscos de mercado e pelos diretores das unidades de negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, “*Stop-Loss*” e de sensibilidade (limites não-estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e pré-estabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil (“BRC”) e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

VaR

Fator de risco	2022	2021
Moeda estrangeira & taxa de juros	26.796	20.232
Renda variável	23.450	20.658
Efeito diversificação	(16.010)	(20.232)
Total	34.236	20.658

Relatório de risco de mercado – exposição

Fator de risco	2022	2021	
BPV	Juros Pré	(250)	(296)
	Inflação	89	268
	USD	(66)	(593)
	USD - On	(145)	435
	Outros	(1)	10
FX Delta	USD	117.349	(93.131)
	JPY	(699)	(10.207)
	EUR	(287.052)	(94.069)
	GBP	(83.622)	(62.153)
	Outras	(10.855)	104.210
Ações	Delta	(157.566)	4.580

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	2022	2021
<i>Bond SellOff</i>	(5.250)	(322.501)
<i>Comdty SellOff</i>	(246.320)	(226.770)
<i>Credit Crisis</i>	(361.524)	(236.475)
<i>Basis</i>	186.340	(195.465)
<i>EM Sell Off</i>	(425.196)	(256.176)
<i>Equity Collapse</i>	(34.620)	(369.866)
<i>EURO Zone</i>	(333.553)	(282.359)
<i>Gen. Recovery</i>	276.213	172.332
<i>Inflation</i>	(509.636)	(357.941)
<i>Oil Crisis</i>	(218.751)	(384.493)
<i>USD Crisis</i>	(215.371)	267.892

Cenários:

- *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista (“hawkish”).
- *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*.
- *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- *Basis* é representado pela expectativa de que um ou mais *dealer* precise sair de suas posições mais ilíquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais.
- *Emerging Markets Sell Off* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Europeia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- *General Recovery*: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- *Inflation*: Similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- *Oil Crisis* é representado por um choque específico no mercado de petróleo, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica no Oriente Médio.
- *USD Crisis* é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.

(b) Risco operacional

É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, pessoas e sistemas (incluindo eventos relacionados a segurança cibernética), ou eventos externos que impactem os processos e negócios do Conglomerado. O risco operacional também inclui riscos de conformidade regulatória ou *compliance*, risco de conduta, risco legal e modelos de projeção e estimativa. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas, incluindo, atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades.

Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado, além de prover uma supervisão independente, enquanto as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação.

O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

A gestão de risco de liquidez no Conglomerado define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos indicadores estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes indicadores operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado.

Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio estabelecidas no país, a Tesouraria Corporativa Local.

São responsabilidades desta unidade:

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Monitora a gestão de risco de liquidez no país;
- Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez;
- Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local;
- Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo menos uma vez ao ano;
- Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e
- Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão:
 - gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descasamento entre eles;
 - garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas;
 - mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia;
 - garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e
 - garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez.

Também é responsabilidade desta unidade manter atualizado o plano de contingência.

O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos pela Resolução nº 4.557.

A gestão de risco de liquidez não somente é realizada através das exigências regulatórias mas também e fundamentalmente através do controle diário dos fluxos de caixa esperados.

A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, prazo este determinado e suficiente, dada a considerável participação dos ativos líquidos nos ativos totais e sua relevância também em relação aos recursos de curto prazo.

Indicadores de Liquidez	2022	2021
Ativos líquidos / Ativos totais	59,18%	59,38%
Ativos líquidos / Recursos de curto prazo	74,53%	72,21%

Segue relatório com os fluxos de caixa não descontados usado diariamente pela Tesouraria Corporativa Local:

Liquidez Total Disponível		
R\$ milhões	2022	2021
Dia 1	31.820	41.773
2 - 7	34.045	43.712
8 - 14	34.094	43.593
15 - 30	34.211	43.715
31 - 60	33.215	44.006
61 - 90 dias	32.554	43.709

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Teste de Estresse

O JP Morgan conduz um teste de estresse de risco de liquidez semanalmente, utilizando o modelo corporativo de estresse. São aplicados fatores de ponderação por tipo de produto com o intuito de representar os efeitos de um cenário de estresse de liquidez.

Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

Plano de Contingência

O Plano de Contingência é uma extensão da Política de Risco de Liquidez e projeta as necessidades e as fontes de captação de recursos sob condições estabelecidas pelo cenários corporativos. O objetivo do Plano de Contingência é assegurar a liquidez apropriada durante períodos de estresse.

A ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficiência do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez.

Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar à Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de contágio, a comunicação eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez.

As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do JP Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

ALCO (Comitê de Ativos e Passivos)

O gerenciamento de risco de liquidez faz parte das responsabilidades primárias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, *Senior Financial Officer* (SFO), *Senior Country Officer* (SCO), *Chief Risk Officer* (CRO), as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

(d) Risco de crédito

É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (rating), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites, e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

II Processos de validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Estimativas e Gestão de Risco de Modelos. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de Quantitative Research (QR).

A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo.

MRGR (Model Risk Governance and Review Group) é um grupo independente e responsável por estabelecer o rigoroso processo de governança. Tem como principal função revisar e aprovar novos modelos bem como mudanças significativas nos existentes de modo a permitir a manutenção do seu uso.

Valuation Control Group (VCG) é a área responsável por aprovar as fontes para todos os preços de mercado e outros parâmetros usados nas rotinas de precificação mensal e deve fornecer as diretrizes e a pré-aprovação nos casos em que a precificação de um contrato seja diferente de sua essência. VCG também é responsável pelos ajustes de preços realizados de forma totalmente independente, além de determinar a metodologia para computar estes ajustes de precificação, garantindo o reconhecimento destes nas demonstrações financeiras da instituição.

* * *